

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

Concurso – Juiz do Trabalho Substituto da 21ª Região
1ª Etapa – 17 de setembro de 2005
Questões de 1 a 50

DIREITO DO TRABALHO

Questão nº 01

Leia os enunciados abaixo e assinale, em seguida, a alternativa correta:

I – Desde o início de sua existência, o Direito do Trabalho já recebeu diferentes denominações, como Direito Industrial, Direito Operário, Direito Corporativo, Direito Sindical e Direito Social;

II – Prepondera, hoje, na literatura jurídica, a classificação do Direito do Trabalho como componente do Direito Privado;

III – Em relação ao Direito do Trabalho dos principais países capitalistas ocidentais, são considerados marcos fundamentais o Manifesto Comunista, a Encíclica Católica *Rerum Novarum*, o evento da Primeira Guerra Mundial e seus desdobramentos (como a criação da Organização Internacional do Trabalho), a Constituição de Weimar e a Constituição Mexicana;

IV – Podem ser considerados fatores internos de influência à formação do Direito do Trabalho no Brasil: o movimento operário, com a participação de imigrantes com aspirações anarquistas, caracterizado por várias greves em fins de 1800 e início de 1900; o surto industrial observado em face da Primeira Grande Guerra Mundial e a política trabalhista de Getúlio Vargas.

- a) apenas o enunciado I está correto;
- b) apenas o enunciado II está correto;
- c) apenas os enunciados III e IV estão corretos;
- d) todos os enunciados estão errados;
- e) todos os enunciados estão corretos.

Questão nº 02

Assinale a alternativa correta:

- a) as horas laboradas além da jornada regular serão sempre remuneradas com o adicional de hora extra correspondente a 50%;

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

- b) ocorrendo labor extraordinário no horário noturno, o conseqüente pagamento do adicional de hora extra exclui o pagamento do adicional noturno, em face da impossibilidade de cumulação de tais adicionais;
- c) as gorjetas cobradas na nota de serviço, por permitirem o controle do empregador, integram o cálculo das horas extras eventualmente prestadas;
- d) as horas excedentes acumuladas em banco de horas em nenhuma hipótese podem ser pagas como extraordinárias;
- e) os bancários que percebem gratificação pelo exercício de função de confiança, em valor superior a 1/3 do seu salário, só terão computadas como extras as horas que excedam a oitava.

Questão nº 03

Ocorrendo sucessão de empresas, é correto afirmar quanto aos contratos de trabalho dos empregados da empresa sucedida:

- a) serão automaticamente extintos, fazendo surgir novas relações contratuais;
- b) os contratos se manterão inalterados e seguirão seu curso normal;
- c) as obrigações anteriores recairão sobre a empresa sucedida, e as posteriores sobre a sucessora;
- d) a transferência de obrigações depende das condições em que a sucessão foi pactuada;
- e) todas as cláusulas e condições estabelecidas no contrato de trabalho serão obrigatoriamente repactuadas entre os empregados e o novo empregador;

Questão nº 04

Ocorrendo a rescisão imotivada do contrato de trabalho, as verbas rescisórias deverão ser quitadas:

- a) até o 5º dia útil do desligamento do empregado;
- b) até o 10º dia útil, se não houver aviso prévio;
- c) até o 1º dia útil, após o término do aviso prévio;
- d) até o 10º dia subsequente ao desligamento, sempre que o aviso prévio for dispensado;
- e) até o 5º dia, depois de cumprido o aviso prévio;

Questão nº 05

Em relação ao contrato de aprendizagem, aponte a resposta correta:

I – é modalidade de contrato de trabalho especial, somente admitido com determinação de prazo, podendo ser estipulado por no máximo dois anos;

II – a sua validade condiciona-se à existência de termo escrito e inscrição em programa específico de aprendizagem, desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica, não exigindo como requisito a assinatura de Carteira de Trabalho;

III – a remuneração do aprendiz corresponderá à metade do valor do salário mínimo mensal, podendo chegar a no máximo dois terços desse limite, de acordo com a carga horária adotada;

IV – terá duração de no máximo seis horas diárias, vedadas a prorrogação e a compensação de jornada, podendo, excepcionalmente, chegar ao limite das oito horas diárias para os aprendizes que já tiveram completado o ensino fundamental, e desde que se computem as horas destinadas à aprendizagem teórica;

V – os estabelecimentos comerciais são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, independentemente da natureza das funções havidas.

- a) apenas a alternativa V está correta;
- b) apenas a alternativa I está correta;
- c) todas as alternativas estão erradas;
- d) apenas a alternativa IV está correta;
- e) apenas as alternativas I e IV estão corretas.

Questão nº 06

Os contratos de trabalho admitem formas atípicas, dentre elas:

- a) o contrato de estágio, que tem duração máxima de dois semestres;
- b) o contrato do atleta profissional, que tem duração mínima de 120 dias e não tem duração máxima, admitindo, ainda, o pagamento de prêmios por partidas ou resultados;

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

- c) o contrato para trabalho voluntário, que pode ser celebrado entre o prestador de serviço e qualquer pessoa física ou jurídica, desde que não haja remuneração;
- d) o contrato de representação comercial autônomo, que só pode ser celebrado por pessoa física, e desde que devidamente inscrita no Conselho Regional de Representantes Comerciais – CORE;
- e) o contrato de trabalho celebrado entre o trabalhador e a empresa de trabalho temporário, que deve, por força de lei, observar a forma escrita;

Observe o seguinte enunciado e responda as Questões nº 07 e 08:

José Maria e Maria José trabalharam para a Comercial São João. José Maria, admitido em 13.02.03, pediu demissão e desligou-se da empresa 18.11.04, tendo gozado férias relativas ao período 2003/2004 e recebido a gratificação natalina relativa ao ano de 2003. Maria José, admitida em 14.02.04 e demitida no mesmo dia 18.11.2004, sem justa causa, não recebeu aviso prévio.

Questão nº 07

Com relação às férias, assinale a alternativa correta:

- a) apenas Maria José tem direito às férias proporcionais, equivalentes a 10/12;
- b) José Maria tem direito a 09/12 e Maria José a 10/12;
- c) ambos têm direito a 10/12 a título de férias proporcionais;
- d) ambos têm direito a 11/12 a título de férias proporcionais;
- e) apenas José Maria tem direito às férias proporcionais equivalentes a 09/12;

Questão nº 08

Com referência à Gratificação Natalina, é correto afirmar:

- a) nenhum dos dois tem direito ao pagamento de gratificação natalina;
- b) ambos têm direito a 11/12 a título de 13º salário proporcional;
- c) José Maria tem direito a 11/12 e Maria José a 10/12 a título de gratificação natalina;
- d) apenas Maria José tem direito a 10/12 a título de 13º salário proporcional;
- e) apenas José Maria tem direito 11/12 a título de 13º salário proporcional;

Questão nº 09

Com referência ao exercício do direito de greve, é correto afirmar que:

- a) é permitido a todos os servidores públicos, mesmo sem haver regulamentação específica;
- b) é proibido o direito de greve nas atividades essenciais ao abastecimento alimentar;
- c) é permitida nas atividades essenciais, desde que a população e o empregador sejam comunicados com antecedência mínima de 48 horas;
- d) é permitida nas atividades essenciais, desde que a população e o empregador sejam comunicados com antecedência mínima de 72 horas e, ainda assim, não podendo haver paralisação total das atividades;
- e) é permitido nas atividades não essenciais, desde que a população e o empregador sejam comunicados com antecedência mínima de 24 horas;

Questão nº 10

Diante das assertivas seguintes, aponte a resposta correta, de acordo com a definição e o regramento legal aplicável à espécie:

I – não se concebe a existência de direitos difusos passíveis de tutela no âmbito trabalhista, tendo em vista a caracterização e a delimitação normativa das categorias e classes de trabalhadores;

II – os direitos coletivos são típicos direitos transindividuais, cuja natureza é indivisível, e seus titulares possuem certo grau de determinação;

III – os direitos individuais homogêneos exigem, para a sua defesa, a precisa identificação prévia dos respectivos titulares;

IV – os titulares dos direitos difusos são pessoas indeterminadas e encontram-se ligados por circunstâncias de fato;

V – os direitos individuais homogêneos ensejam, para a sua defesa, idêntico procedimento adotado para as denominadas reclamações trabalhistas plúrimas.

- a) apenas a alternativa IV está correta;
- b) apenas as alternativas II e IV estão corretas;
- c) apenas as alternativas I e III estão corretas;
- d) apenas as alternativas II e V estão corretas;

e) apenas a alternativa II está correta.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Questão nº 11

Leia o enunciado abaixo e assinale, em seguida, a alternativa correta, considerando a Jurisprudência Sumulada do Tribunal Superior do Trabalho:

Examinando reclamação trabalhista proposta por servidor público em face de ente municipal, relativamente a direitos oriundos do período celetista, acolheu o Juiz do Trabalho a prejudicial de prescrição, em vista do transcurso do biênio contado a partir da data da mudança do regime. A parte reclamante interpôs recurso ordinário ao Tribunal Regional do Trabalho, que considerou que a transformação de regime não provocou ruptura da relação jurídica de trabalho, pelo que não havia lugar para a contagem prescricional. O acórdão, portanto, acolheu a tese do postulante e, afastando a prescrição pronunciada, determinou o retorno dos autos ao Juízo de origem para proceder a novo julgamento, a fim de se examinar os demais aspectos do mérito da pretensão. Dessa decisão, o Município apresentou recurso de revista ao Tribunal Superior do Trabalho.

- a) o recurso de revista não é cabível, uma vez que a decisão do Tribunal Regional é meramente interlocutória, o que contraria a regra inscrita no §1º do art. 893 da CLT, que consagra o princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias;
- b) somente é possível a interposição de recurso de revista contra decisões não terminativas dos Tribunais Regionais do Trabalho, em casos que envolvam prescrição;
- c) as decisões interlocutórias no Processo do Trabalho não ensejam recurso de imediato, salvo quanto à decisão que acolhe exceção de incompetência territorial, e, ainda assim, desde que haja ordem de remessa para Juízo distinto do trabalhista;
- d) o recurso de revista é cabível, eis que a decisão do Tribunal Regional, apesar de interlocutória, é contrária à jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho;
- e) o recurso de revista é, em tese, cabível, já que envolve matéria eminentemente jurídica, não violando o princípio do duplo grau de jurisdição, de acordo com as normas processuais vigentes.

Questão nº 12

Examine as afirmações abaixo e assinale a opção correta, considerando a Instrução Normativa Nº 27/2005, do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre normas procedimentais na Justiça do Trabalho, em decorrência da Emenda Constitucional nº 45/2004:

I – Todas as ações ajuizadas na Justiça do Trabalho, envolvendo ou não relação de emprego, observarão o sistema recursal previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, exceto quanto ao depósito recursal, que somente se exige nas lides trabalhistas envolvendo empregados;

II – O rito sumaríssimo também será observado nas ações cujo valor do pedido não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do seu ajuizamento, envolvendo ou não relação de emprego;

III – Em relação às custas processuais, permanece o entendimento de que não é aplicável no Processo do Trabalho o princípio da sucumbência recíproca, mesmo nas lides que não decorrem da relação de emprego;

IV – Salvo nos processos que envolvem relação de emprego, é facultado ao Juiz do Trabalho exigir depósito prévio dos honorários periciais.

V – Somente em relação às lides que não decorrem da relação de emprego os honorários são devidos pela mera sucumbência.

- a) todas as afirmações estão corretas;
- b) apenas uma afirmação está correta;
- c) apenas duas afirmações estão corretas;
- d) apenas três afirmações estão corretas;
- e) nenhuma das afirmações está correta.

Questão nº 13

Assinale a alternativa correta:

a) de acordo com a Jurisprudência Sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, a Constituição Federal não assegura a substituição processual pelo Sindicato, exceto quando existe expressa autorização legal, como na hipótese de ação ajuizada pelo sindicato pleiteando reajuste automático de salário previsto em lei;

b) a Consolidação das Leis do Trabalho faculta ao empregado ser representado em Juízo por outro colega de profissão, cujas declarações obrigarão aquele trabalhador;

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

c) a Jurisprudência Sumulada do Tribunal Superior do Trabalho considera revel a parte reclamada ausente à audiência em que deveria apresentar defesa, mesmo que compareça seu advogado munido de procuração;

d) de acordo com a Jurisprudência Sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, o Direito Processual autoriza que o empregador se faça substituir por preposto, que deve ser necessariamente seu empregado, caso o estabelecimento possua mais de 10 trabalhadores;

e) a presença do advogado em audiência faz presumir a existência de mandato tácito, amplamente reconhecido pela jurisprudência trabalhista, conferindo ao advogado poderes para o foro em geral e para substabelecer, excluídos, no entanto, os poderes especiais para celebrar acordos e dar quitação.

Questão nº 14

Considere a Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho e assinale a resposta correta:

a) o mandado de segurança não é via processual idônea para atacar ato do Juiz do Trabalho que indefere homologação de acordo em ação trabalhista, por se tratar de faculdade do Juiz que não viola direito líquido e certo das partes;

b) por se tratar de decisão interlocutória sujeita a recurso próprio na fase de execução, não cabe mandado de segurança, na forma da Lei 1.533/51, para atacar a ordem judicial de penhora em dinheiro no curso de execução provisória;

c) a antecipação dos efeitos da tutela, concedida, na forma da lei processual, no curso do processo ou por ocasião da sentença, pode ser impugnada pela via excepcional do mandado de segurança, diante da iminência de dano irreparável;

d) contra decisão judicial homologatória de pedido de adjudicação é cabível a impetração de mandado de segurança, tendo em vista se tratar de ato de natureza expropriatória que demanda celeridade em seu exame, sob pena de provocar-se grave prejuízo à parte expropriada;

e) exigindo o mandado de segurança prova eminentemente documental, pode ser determinado ao impetrante que, no prazo assinado pelo Juiz, providencie a juntada de documento considerado indispensável ao exame da legalidade do ato praticado pela autoridade apontada como coatora;

Questão nº 15

Sobre a ação rescisória no Processo do Trabalho, considere a Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho e marque a opção incorreta:

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

- a) mesmo que o réu não ofereça resposta, não cabe falar em confissão na ação rescisória, porque esta envolve matéria de ordem pública;
- b) o Sindicato possui legitimidade para figurar no pólo passivo da ação rescisória, se for o autor da ação trabalhista cuja decisão se buscar rescindir, não sendo necessária a citação dos empregados substituídos, para o fim de integrarem litisconsórcio passivo necessário;
- c) alegando a petição inicial da ação rescisória que a decisão rescindenda violou literal dispositivo de lei, eventual omissão da parte autora na expressa indicação do dispositivo legal violado não conduz à decretação de inépcia da inicial, tendo em vista o princípio *iura novit curia*;
- d) o cabimento de ação rescisória com fundamento na invalidação de confissão não comporta a hipótese de confissão ficta, resultante, por exemplo, de revelia;
- e) na hipótese de colusão das partes, o prazo decadencial da ação rescisória somente começa a fluir para o Ministério Público, que não interveio no processo principal, a partir do momento em que tem ciência da fraude;

Questão nº 16

Não atua no processamento e julgamento de conflito de competência:

- a) o Tribunal Regional do Trabalho, quando o conflito se estabelecer entre Juiz do Trabalho e Juiz de Direito investido de jurisdição trabalhista dentro de uma mesma Região;
- b) o Supremo Tribunal Federal, quando o conflito se estabelecer entre Tribunal Superior do Trabalho e Tribunal de Justiça estadual;
- c) o Superior Tribunal de Justiça, quando o conflito se estabelecer entre Juiz do Trabalho e Juiz Federal;
- d) o Tribunal Superior do Trabalho, quando o conflito se estabelecer entre Juiz do Trabalho e Tribunal Regional do Trabalho de uma mesma Região;
- e) o Superior Tribunal de Justiça, quando o conflito se estabelecer entre Juiz do Trabalho e Juiz de Direito não investido de jurisdição trabalhista;

Questão nº 17

Quanto às despesas processuais no Processo do Trabalho, é correto afirmar:

- a) as autarquias e fundações públicas detêm o privilégio de, sendo sucumbentes na lide, somente recolher as custas processuais ao final do processo;

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

- b) na hipótese de acordo, cabe ao réu o pagamento das custas, salvo se de outro modo for convencionado no respectivo termo;
- c) as custas são calculadas, em regra, sobre o valor do acordo ou da condenação, salvo no inquérito para apuração de falta grave, quando serão as mesmas calculadas sobre seis vezes o valor do salário mensal do empregado;
- d) não é pressuposto para a oposição de embargos do devedor o recolhimento das custas fixadas em lei, eis que podem ser pagas pelo embargante até o final do processo;
- e) os emolumentos fixados em lei serão cobrados apenas da parte vencida, salvo se se tratar da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, que são isentos de tal pagamento.

Questão nº 18

Considere as regras processuais sobre liquidação de sentença e marque a resposta incorreta:

- a) após a regulamentação da cobrança das contribuições previdenciárias na Justiça do Trabalho, é obrigatória a inclusão das contribuições previdenciárias devidas nos cálculos de liquidação, devendo o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS ser intimado dos cálculos para que sobre eles possa se manifestar, sob pena de preclusão;
- b) caso a conta tenha sido elaborada pela Contadoria Judicial, deve o Juiz abrir prazo sucessivo de dez dias para que as partes possam apresentar, querendo, impugnação, que deve ser fundamentada, com a indicação dos valores objeto da discordância;
- c) nos termos da Jurisprudência Sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, devem ser incluídos na liquidação os juros de mora e a correção monetária, ainda que omissa a condenação a respeito;
- d) o cálculo da contribuição previdenciária não deverá observar os critérios de atualização monetária aplicáveis aos créditos trabalhistas, mas sim aqueles estabelecidos na legislação previdenciária específica;
- e) contra a decisão homologatória de cálculos de liquidação não cabe recurso, podendo a parte executada, no entanto, impugná-la mediante a oposição de embargos à execução.

Questão nº 19

Leia o enunciado abaixo e assinale, em seguida, a alternativa correta, considerando a atual Jurisprudência do Pleno do Tribunal Superior do Trabalho:

A União Federal apresentou ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, nos autos de requisitório de precatório, impugnação aos cálculos de liquidação homologados pelo Juiz do Trabalho de Primeiro Grau, sob o fundamento de que as vantagens concedidas ao autor da ação, ora servidor público federal submetido ao regime estatutário, devem ser limitadas ao período imediatamente anterior à vigência da Lei 8.112/90, porquanto, a partir de então, cessou a competência da Justiça do Trabalho.

- a) devido à natureza administrativa do procedimento relativo ao precatório, não compete ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho examinar matérias atinentes à liquidação de sentença, excluídas, apenas, as questões de erro material de aritmética;
- b) o Presidente do Tribunal deve limitar a execução, diante do que consta da Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, sendo que contra esta decisão cabe, apenas, agravo regimental para o órgão colegiado do próprio Tribunal, que exerce, no caso, o duplo grau de jurisdição, não comportando, assim, recurso ao Tribunal Superior do Trabalho;
- c) é da competência funcional do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, mesmo em sede de precatório, adequar a conta de liquidação aos parâmetros legais, limitando, assim, a execução ao período celetista, salvo se a matéria tiver sido decidida, de modo contrário, em embargos à execução, por exemplo;
- d) das decisões em agravo regimental dos Tribunais Regionais do Trabalho em matéria de precatório, que envolvam pedido de revisão de cálculo, é obrigatória a remessa dos autos para o reexame do Tribunal Superior do Trabalho, nos termos do Decreto-Lei nº 779/69, quando contrárias à Fazenda Pública;
- e) a limitação dos cálculos de liquidação até o advento da Lei nº 8.112/90, estando o processo na fase de execução, só pode ser efetivada através da ação rescisória, mesmo assim se não ultrapassado o biênio decadencial.

Questão nº 20

Assinale a alternativa correta:

- a) apresentada a exceção de incompetência em razão do lugar, poderá o excepto se pronunciar no prazo de 24 horas;
- b) acolhida a exceção de incompetência territorial, deverá o Juiz do Trabalho declarar nulos todos os atos processuais praticados, exclusive a inicial;

c) as audiências na Justiça do Trabalho somente podem ser realizadas das 08 às 20 horas, salvo se a matéria for urgente, hipótese em que a audiência não poderá ultrapassar quatro horas seguidas;

d) os atos processuais serão praticados nos dias úteis, salvo no que pertine aos atos de execução, que podem ser realizados aos sábados, mediante requerimento da parte interessada;

e) salvo no procedimento sumaríssimo e no inquérito para apuração de falta grave, a parte tem o direito de que sejam ouvidas pelo menos três testemunhas, acarretando ofensa ao princípio da ampla defesa a dispensa de qualquer uma delas pelo Juiz do Trabalho, desde que tenha sido consignado o protesto em ata.

DIREITO CIVIL

Questão nº 21

Leia as assertivas seguintes e aponte a resposta correta, considerando o ordenamento jurídico brasileiro, com a vigência do novo Código Civil de 2002:

I – passou a admitir a hipótese de revogação de lei pelo desuso;

II – manteve o prazo de 30 dias para as leis estaduais entrarem em vigor, depois da publicação oficial;

III – equiparou o conceito de direito adquirido ao de expectativa de direito, no âmbito das relações contratuais personalíssimas;

IV – não previu exceções à regra de que ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece;

V – não alterou o preceito geral de que a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

- a) todas as alternativas estão erradas;
- b) apenas as alternativas I e IV estão corretas;
- c) apenas a alternativa IV está correta;
- d) apenas a alternativa V está correta;
- e) apenas as alternativas IV e V estão corretas.

Questão nº 22

Assinale a alternativa correta:

Diante da lesão grave a direito da personalidade, e vindo a vítima a falecer:

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

- a) não se admite a possibilidade de os herdeiros reclamarem perdas e danos, diante da intransmissibilidade dessa categoria de direitos;
- b) o direito à reparação integral das perdas e danos, inclusive de natureza extrapatrimonial, estende-se também a qualquer parente da vítima, em linha reta, ou colateral até o quarto grau;
- c) o direito à reparação integral dos danos morais é exclusivo do cônjuge sobrevivente e, em sua ausência, dos genitores e filhos da vítima;
- d) admite-se a reparação das perdas e danos, inclusive morais, possuindo legitimação para reclamá-los apenas o cônjuge sobrevivente e os filhos;
- e) admite-se exclusivamente a reparação dos danos materiais porventura sofridos pelos herdeiros.

Questão nº 23

Em face das afirmativas expostas, indique a resposta correta:

De acordo com o novo Código Civil, o abuso da personalidade jurídica:

I – pode ser declarado de ofício pelo juiz, independentemente de requerimento da parte, para o fim de responderem os bens particulares dos sócios pela dívida da pessoa jurídica;

II – caracteriza-se pelo desvio de finalidade e também pela ocorrência de confusão patrimonial;

III – somente pode ser declarado a pedido da parte interessada, não atingindo os seus efeitos o sócio minoritário sem poder de gerência;

IV – enseja, necessariamente, para a sua constatação, a propositura de ação declaratória incidental, com vistas à certificação sobre a ocorrência de conduta irregular dos sócios;

V – pode decorrer de atos dos administradores ou sócios, estando legitimado o Ministério Público, quando intervier no processo, a requerer que os bens particulares dessas pessoas físicas respondam por dívidas da pessoa jurídica.

- a) apenas as alternativas II e V estão corretas;
- b) todas as alternativas estão erradas;
- c) apenas a alternativa V está correta;
- d) apenas as alternativas I e II estão corretas;
- e) apenas as alternativas I e V estão corretas.

Questão nº 24

Aponte a resposta correta:

Na hipótese de uma das partes contratantes, por inexperiência ou diante de necessidade premente, obrigar-se a uma determinada prestação que se apresente claramente desproporcional ao valor da prestação que coube à outra parte, tem-se a caracterização do seguinte defeito do negócio jurídico:

- a) lesão;
- b) coação;
- c) erro;
- d) ignorância;
- e) dolo.

Questão nº 25

Em conformidade com as disposições do novo Código Civil que tratam sobre a invalidade do negócio jurídico, marque a alternativa correta:

- a) celebrado o negócio jurídico sem a utilização da forma prescrita em lei, admite-se a sua convalidação posterior somente quando não tenha decorrido prejuízo para terceiros;
- b) é nulo de pleno direito o negócio jurídico em que se observa vício resultante de simulação, erro e dolo;
- c) no caso de coação, erro, dolo e fraude contra credores, não há prazo para pleitear-se a anulação do negócio jurídico;
- d) o prazo geral para pleitear-se a anulação de determinado ato que a lei considere anulável corresponde a dois anos;
- e) tratando-se de negócio jurídico nulo, o juiz poderá suprir a nulidade, desde que haja requerimento das partes.

Questão nº 26

Considerando as assertivas seguintes, aponte a resposta correta:

O abuso de direito no Código Civil de 2002:

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

- I – somente se configura com a ocorrência de dolo da parte titular do direito;
- II – não se equipara ao ato ilícito, pois possui natureza peculiar e regime jurídico próprio;
- III – gera o dever de reparação dos danos materiais, e, também, dos danos morais;
- IV – em nenhuma hipótese poderá ser declarado de ofício pelo juiz, sem provocação da parte prejudicada;
- V – exige para a sua caracterização o elemento culpa, observado na conduta do titular do direito.

- a) apenas as alternativas III e IV estão corretas;
- b) apenas a alternativa IV está correta;
- c) apenas a alternativa III está correta;
- d) apenas as alternativas II e III estão corretas;
- e) todas as alternativas estão incorretas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão nº 27

Considerando as disposições do Código de Processo Civil, relativamente aos deveres das partes e de seus procuradores, assinale a alternativa correta:

- I - Aos deveres processuais a serem observados pelas partes foi acrescentada uma nova modalidade, qual seja a de cumprir com exatidão os provimentos mandamentais e não criar embaraço à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final, cuja inobservância pode caracterizar ato atentatório ao exercício da jurisdição, passível de multa não superior a 20% do valor da causa;
- II – Os advogados estão sujeitos à imposição de multas processuais, de forma solidária com o seu cliente, pela prática de atos atentatórios ao exercício da jurisdição, sem prejuízo das sanções previstas no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil;
- III – Provocar incidentes manifestamente infundados, deixar de apresentar defesa e interpor recursos meramente protelatórios são exemplos de litigância de má-fé;

IV – A penalidade prevista ao litigante de má-fé é o pagamento à parte contrária de multa não superior a 1% sobre o valor da causa, sem prejuízo de arcar, também, com uma indenização pelas perdas e danos comprovados, cujo *quantum* não poderá ser superior a 20% sobre o valor da causa, caso o juiz a fixe desde logo, além dos honorários advocatícios e outras despesas processuais;

V – Cabe ao juiz, inclusive de ofício, determinar que sejam riscadas as expressões injuriosas consignadas nas peças processuais.

- a) todas afirmações estão corretas;
- b) somente a afirmação III está incorreta;
- c) as afirmações II e IV estão corretas;
- d) as afirmações I, IV e V estão corretas;
- e) as afirmações I, II e V estão corretas.

Questão nº 28

Observe as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta:

a) denomina-se de *perpetuatio iurisdictionis* o fenômeno processual pelo qual, uma vez firmada a competência do juiz, ela, em regra, perdura até o final, sendo irrelevantes as alterações de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando houver alteração da competência em razão da matéria, por exemplo. Diante disso, a jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça entende que, uma vez instalada Vara do Trabalho, cessa imediatamente a competência do juiz de direito em matéria trabalhista, inclusive para a execução de sentença já proferida por este Magistrado;

b) segundo a jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça, a reunião de causas conexas pode ser feita, na forma do art. 105 do Código de Processo Civil, mesmo que uma das ações já tenha sido julgada, tendo em vista o princípio da unidade de convicção;

c) a incompetência relativa não pode ser declarada de ofício, e deve ser suscitada pela parte adversa por meio de exceção ou como preliminar de mérito, dependendo da fase de andamento do processo;

d) apresentado o conflito positivo de competência perante o Tribunal, poderá o relator decidir de plano o conflito, desde que esteja a decisão amparada em jurisprudência sumulada do Supremo Tribunal Federal, cabendo, no entanto, agravo contra tal decisão, no prazo de 10 dias;

e) a apreciação das provas é livre pelo juiz, devendo, no entanto, indicar na sentença as razões e fundamentos da decisão, acolhendo ou rejeitando cada um dos argumentos das partes;

Questão nº 29

São hipóteses legais de extinção do processo com julgamento do mérito, exceto:

- a) a rejeição do pedido pelo juiz;
- b) a renúncia do direito sobre o qual se funda a ação;
- c) o acolhimento de coisa julgada material;
- d) o acordo entre as partes litigantes;
- e) a pronúncia da decadência;

Questão nº 30

Em relação à antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, assinale a alternativa incorreta:

- a) o Supremo Tribunal Federal, ao conceder Medida Cautelar na Ação Direta de Constitucionalidade nº 4, reconheceu a legitimidade constitucional do art. 1º da Lei 9.494/97, que ampliou a proibição de concessão de tutelas de urgência contra a Fazenda Pública, prevista na Lei Federal nº 8.437/92, para abranger também a hipótese de antecipação da tutela jurisdicional de que trata o art. 273 do Código de Processo Civil, especialmente nos casos que envolvem majoração de vencimentos e vantagens de servidor público e naqueles onde houver potencial lesão às finanças públicas;
- b) a vedação legal de concessão de antecipação de tutela contra a Fazenda Pública, de acordo com a jurisprudência sumulada do Supremo Tribunal Federal, não se aplica às causas de natureza previdenciária;
- c) se o pedido de antecipação de tutela possuir caráter e natureza de cautelar, o juiz deverá conceder prazo de dez dias para que a parte requerente providencie a emenda à inicial, examinando, em seguida, a pertinência do pedido cautelar, concedendo-o ou indeferindo-o, sem prejuízo do prosseguimento do feito;
- d) a decisão que antecipa a tutela jurisdicional, por seu caráter precário, pode ser revista pelo juiz a qualquer tempo, mediante decisão fundamentada;
- e) nas decisões que envolvam o cumprimento de obrigações de fazer e não fazer, o juiz poderá, inclusive de ofício, impor multa diária ao réu, que pode ser revista a qualquer tempo, caso se verifique que se tornou insuficiente ou excessiva.

Questão nº 31

Leia o enunciado abaixo e marque, em seguida, a alternativa correta:

Antonio ajuizou ação ordinária pleiteando da Fundação “Cultura Popular”, integrante da Administração Pública Municipal, uma determinada indenização pecuniária. A demanda foi distribuída ao Juízo de Direito da Fazenda Pública da Capital, que, em sua decisão de mérito, reconheceu parcialmente a procedência do pedido e condenou o ente público acionado ao pagamento de uma indenização líquida no valor de R\$ 15.000,00.

- a) a decisão está sujeita ao duplo grau de jurisdição, na forma do art. 475 do Código de Processo Civil, posto que desfavorável à entidade pública municipal;
- b) a decisão somente pode ser impugnada através do recurso voluntário de apelação cível, porquanto a remessa necessária somente se aplica a entes públicos integrantes da Administração Pública Direta;
- c) a decisão estará sujeita à remessa necessária, já que o valor é superior a quarenta vezes o salário mínimo vigente;
- d) independentemente do valor da condenação, a decisão não estaria sujeita à remessa necessária, caso tivesse como fundamento jurisprudência do Plenário do Supremo Tribunal Federal;
- e) mesmo ultrapassado o prazo de apelação, a Fazenda Pública Municipal está obrigada a requerer ao Presidente do respectivo Tribunal de Justiça que avoque os autos para processamento e julgamento da remessa necessária.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão nº 32

Tendo em vista as seguintes assertivas, marque a resposta correta:

Em face da Constituição Federal:

- I – proíbe-se a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;
- II – permite-se a acumulação remunerada do cargo de médico do Instituto Nacional do Seguro Social com o emprego de assessor administrativo da Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Rio Grande do Norte, desde que haja compatibilidade de horários;

III – permite-se a acumulação do cargo de professor do curso de odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com jornada semanal de quarenta horas, com o emprego de professor de biologia de curso particular preparatório para o vestibular e, também, com o exercício de consultoria autônoma na área de vendas de equipamentos ortodônticos;

IV – estende-se aos servidores públicos ocupantes de cargo público o direito ao seguro contra acidentes de trabalho, sem excluir a indenização a que se obriga o ente público, em face de tal evento danoso, quando incorrer em dolo ou culpa;

V – permite-se que servidor ocupante de cargo público em autarquia estadual exerça, sem a necessidade de afastamento, mandato eletivo de Deputado Estadual.

- a) apenas as alternativas I e III estão corretas;
- b) apenas as alternativas I e IV estão corretas;
- c) todas as alternativas estão corretas;
- d) apenas as alternativas I, IV e V estão corretas;
- e) apenas as alternativas I, III e V estão corretas.

Questão nº 33

Diante das assertivas seguintes, indique a resposta correta:

I – Considerando que possuem aplicação imediata, as garantias fundamentais expressas na Constituição Federal postam-se enumeradas exhaustivamente, não se admitindo a ampliação do respectivo rol, sob pena de perda de eficácia;

II – Os direitos sociais são considerados “direitos a prestações”, tendo em vista que a sua garantia vincula-se a uma conduta preventiva por parte do Estado, de molde a evitar interferências prejudiciais no campo da proteção jurídica da coletividade;

III – A doutrina contemporânea dos direitos humanos, adotada pelo legislador constituinte brasileiro, estabelece um sistema rígido de hierarquia valorativa entre os direitos de primeira, segunda e terceira geração;

IV – Os direitos sociais e os direitos coletivos foram positivados na Constituição Federal em normas de conteúdo programático, a exigir sempre a edição de leis infraconstitucionais definidoras do seu conteúdo e instrumentos de garantia de efetividade;

V – O direito de greve garantido pela Constituição Federal, por dizer respeito ao direito de autonomia decisória individual atribuído a cada trabalhador da classe ou categoria profissional, integra o elenco dos direitos individuais de liberdade, de primeira geração.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

- a) apenas a alternativa I está correta;
- b) apenas as alternativas I e III estão corretas;
- c) apenas a alternativa V está correta;
- d) todas as alternativas estão incorretas;
- e) apenas as alternativas III e V estão corretas.

Questão nº 34

Assinale a resposta correta, de acordo com as alternativas indicadas:

A ação popular pode ser proposta por qualquer cidadão, visando anular ato lesivo:

- I – Ao patrimônio estético e turístico do município;
- II – À moralidade administrativa;
- III – Ao patrimônio de sociedade de economia mista;
- IV – Ao meio ambiente;
- V – À coletividade de consumidores de serviços públicos;

- a) apenas as alternativas I e III estão incorretas;
- b) apenas a alternativa V está incorreta;
- c) apenas a alternativa I está incorreta;
- d) apenas as alternativas I e IV estão incorretas;
- e) apenas as alternativas I, III e V estão incorretas.

Questão nº 35

Leia o enunciado abaixo e, em seguida, aponte a resposta correta:

Uma pessoa de vinte e cinco anos e desempregada há mais de cinco foi vítima de um acidente doméstico que a deixou com deficiência grave, incapacitando-a irreversivelmente para qualquer trabalho ou atividade. Além disso, evidenciou-se a sua impossibilidade pessoal e familiar de prover à própria manutenção. Considerando o quadro descrito, o sistema de saúde e assistência social previsto em nossa Constituição Federal:

- a) garante a assistência integral à saúde, enquanto for necessária, e o pagamento de auxílio-acidente pelo prazo de vinte e quatro meses;
- b) garante apenas a assistência integral e sem prazo no atendimento à saúde, por meio do sistema único, tendo em vista estar a pessoa afastada do regime previdenciário, sem contribuir há mais de um ano;

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

c) garante a assistência integral à saúde e o auxílio-acidente, pelo tempo necessário, além da internação em unidade adequada a pessoas portadoras de deficiência;

d) garante a assistência integral à saúde, enquanto for necessária, e, considerando a deficiência adquirida e as circunstâncias presentes, confere o direito a um benefício mensal, sem prazo determinado, correspondente a um salário mínimo, mesmo não tendo havido contribuição para o regime previdenciário nos últimos doze meses;

e) garante a assistência integral à saúde, não assegura a percepção do auxílio-acidente e confere o direito a um benefício mensal correspondente à metade do salário mínimo, considerando a ausência de contribuição para o sistema previdenciário nos últimos trinta e seis meses.

Questão nº 36

Sobre o disciplinamento constitucional das medidas provisórias, é correto afirmar:

I – Os requisitos da relevância e da urgência, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, podem ser objeto, de forma excepcional, de exame pelo Poder Judiciário, no exercício do controle da constitucionalidade dos atos normativos;

II – Após a promulgação da Emenda Constitucional nº 32/2001, passou a Constituição a restringir as matérias objeto de medidas provisórias, vedando-lhes dispor, por exemplo, sobre direito processual penal e civil, bem como sobre matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República;

III – A votação das medidas provisórias tem início, alternadamente, na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, salvo se versar sobre matéria tributária, hipótese em que a votação inicial sempre será no Senado Federal;

IV – As medidas provisórias editadas até a publicação da Emenda Constitucional nº 32/2001 continuam em vigor, ficando dispensada sua apreciação pelo Congresso Nacional, além de não poder mais ser objeto de revogação pelo Presidente da República, através de outra medida provisória.

- a) todas as afirmações estão corretas;
- b) as afirmações I, II e III estão corretas;
- c) as afirmações II e III estão corretas;
- d) as afirmações I e II estão corretas;
- e) nenhuma das afirmações está correta.

Questão nº 37

No que se refere ao processo legislativo, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) as propostas de emenda à Constituição podem ser apresentadas pelo Presidente da República, por qualquer membro do Congresso Nacional ou pela Mesa de Assembléia Legislativa;
- b) as emendas constitucionais são promulgadas pelas Mesas do Congresso Nacional, após aprovação em dois turnos por, no mínimo, dois terços dos votos dos respectivos membros;
- c) após a promulgação da Emenda Constitucional nº 45/2004, os Tratados e Convenções internacionais sobre direitos humanos podem ser considerados equivalentes às emendas constitucionais, desde que aprovados pelo Congresso Nacional após processo legislativo igual ao aplicado às propostas de emenda à Constituição Federal;
- d) o *quorum* qualificado para a aprovação de leis complementares é de dois terços dos membros de cada uma das Casas que compõem o Congresso Nacional;
- e) nas matérias de interesse do Poder Judiciário, compete ao Supremo Tribunal Federal, aos tribunais superiores, aos tribunais federais e aos tribunais do trabalho a iniciativa de encaminhar projetos de leis ordinárias ao Congresso Nacional, cabendo, no entanto, apenas ao Supremo Tribunal Federal a iniciativa quanto à lei complementar.

Questão nº 38

Assinale a alternativa correta:

- a) a Emenda Constitucional nº 45/2004 instituiu o chamado 'controle externo' do Poder Judiciário, ao dispor sobre a criação do Conselho Nacional de Justiça, órgão que não integra a estrutura do Poder Judiciário e é composto por magistrados e membros da sociedade civil organizada;
- b) funciona junto ao Conselho Nacional de Justiça a Escola Nacional da Magistratura, a quem compete, dentre outras atribuições, baixar instruções para o ingresso na carreira da magistratura nacional;
- c) no âmbito das atribuições constitucionais do Conselho Nacional de Justiça está a de conhecer de reclamações contra membros do Poder Judiciário, podendo, inclusive, avocar processos disciplinares em curso ou revê-los, desde que julgados há menos de cinco anos;

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

d) o Conselho Nacional de Justiça é presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, que ficará excluído da distribuição de processos naquele tribunal;

e) em relação aos membros do Poder Judiciário, a atuação disciplinar do Conselho Nacional de Justiça permite, dentre outras sanções, a decretação da aposentadoria compulsória de magistrado, com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço, desde que a decisão seja tomada pela maioria absoluta de sua composição, assegurada a ampla defesa.

Questão nº 39

Observadas as disposições constitucionais vigentes, assinale a alternativa correta:

a) é da competência do Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente o mandado de segurança contra ato do Tribunal de Contas da União;

b) a adoção de súmula vinculante pelos tribunais superiores foi autorizada pela Emenda Constitucional nº 45/2004, desde que aprovada por dois terços dos membros do respectivo tribunal, passando a surtir efeitos a partir da publicação do verbete na imprensa oficial;

c) compete ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento de conflito de competência entre Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunais de Justiça dos Estados, Tribunal Superior do Trabalho e Tribunais Regionais Federais, assim como entre juízes federais e juízes do trabalho;

d) os Tribunais Regionais do Trabalho, assim como os Tribunais Regionais Federais, poderão funcionar descentralizadamente, desde que constituam turmas avançadas de, no mínimo, três membros;

e) compete ao Supremo Tribunal Federal, originariamente, a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão do *exequatur* às cartas rogatórias.

DIREITO PENAL

Questão nº 40

Observe o enunciado abaixo e assinale, em seguida, a resposta correta:

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

Em reclamação trabalhista, um empregado requereu a condenação de seu ex-empregador no recolhimento das contribuições previdenciárias dos meses de janeiro a julho de 2004, alegando que a empresa não havia procedido ao depósito das respectivas parcelas incidentes naqueles meses. Em sua defesa, a empresa aduziu que efetuou os recolhimentos das referidas contribuições, e, como prova, juntou as guias de pagamento. Atendendo a postulação formulada pelo advogado do reclamante, o Juiz do Trabalho determinou que fosse realizada perícia nos documentos, cujo resultado indicou que a autenticação bancária de pagamento, aposta nas mencionadas guias, era falsa. A conduta da empresa, no âmbito penal, constitui crime:

- a) de falsificação de documento particular;
- b) de falsificação de documento público, pois a falsidade ocorreu em documento relacionado com as obrigações da empresa perante a Previdência Social;
- c) de uso de documento falso em concurso com falsidade de documento público;
- d) de uso de documento falso em concurso com falsidade de documento particular;
- e) de estelionato, pois a falsidade não visava prejudicar interesse da Previdência Social, mas apenas obter vantagem em face de particular.

Questão nº 41

Leia o enunciado abaixo e marque a resposta correta:

Ao realizar diligência conjunta em fazenda no interior do Estado do Rio Grande do Norte, os representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, da Polícia Federal e do Ministério Público do Trabalho constataram que o proprietário da fazenda, por ocasião da contratação, iludiu de forma maliciosa o grupo de empregados, a respeito das condições de trabalho, encontrando as seguintes irregularidades:

- I – inexistência de condições de conforto e higiene por ocasião das refeições dos trabalhadores, que se alimentavam ao ar livre, sem nenhuma proteção contra intempéries;
- II – inexistência de banheiros no local de trabalho;
- III – não-fornecimento de água potável aos trabalhadores, que bebiam água diretamente de um riacho próximo;
- IV – os empregados eram obrigados a comprar mercadorias e gêneros alimentícios, com vistas a preparar suas refeições, diretamente no armazém pertencente ao proprietário da fazenda.

- a) todas as condutas constituem crimes previstos no Código Penal, no título denominado “Dos crimes contra a organização do trabalho”;

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

- b) as condutas, conquanto graves, somente constituem ilícitos trabalhistas, não tipificando crimes;
- c) somente a conduta de obrigar a comprar mercadorias e gêneros alimentícios diretamente no armazém da fazenda constitui crime;
- d) constituem crimes as condutas de obrigar a comprar mercadorias e gêneros alimentícios diretamente no armazém da fazenda e de não fornecer água potável, configurando esta última o tipo penal de exposição da vida ou da saúde de outrem a risco;
- e) constituem crimes apenas as condutas relativas à inexistência de condições de conforto e higiene, por ocasião das refeições, ao ar livre, sem nenhuma proteção contra intempéries, e de obrigar a comprar mercadorias e gêneros alimentícios diretamente no armazém da fazenda.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Questão nº 42

Em face da legislação previdenciária pertinente ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS, pode-se afirmar não ser garantido aos segurados:

- a) o auxílio natalidade;
- b) o auxílio doença acidentário;
- c) o auxílio acidente;
- d) a aposentadoria por tempo de contribuição;
- e) a reabilitação profissional.

Questão nº 43

Constituem fontes de financiamento do Custeio do Sistema Previdenciário do Regime Geral da Previdência Social:

- I – a contribuição sobre o lucro das empresas, a contribuição sobre os salários dos empregados e a contribuição sobre rendas de espetáculos artísticos;

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

II – a contribuição sobre as folhas de salários das empresas, a contribuição sobre as rendas brutas das partidas de futebol e a contribuição sobre a remuneração do trabalho avulso;

III – a contribuição para o Seguro Acidente de Trabalho (SAT), a contribuição sobre os páreos de cavalos e sobre o resultado dos leilões dos bens apreendidos pela Receita Federal;

IV – a contribuição sobre rendas brutas das partidas de futebol, a contribuição sobre os concursos da loteria esportiva e a contribuição sobre os serviços prestados pelos trabalhadores autônomos;

V – a contribuição sobre o faturamento das empresas, a contribuição sobre as notas fiscais de serviços prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho e a contribuição sobre a remuneração paga aos diretores das empresas sem vínculo empregatício.

- a) apenas as alternativas I e V estão incorretas;
- b) as alternativas III e V estão incorretas;
- c) as alternativas II, III, IV e V estão corretas.
- d) apenas as alternativas II e V estão corretas;
- e) as alternativas II e IV estão incorretas;

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão nº 44

No que se refere à responsabilidade civil do Poder Público, assinale a alternativa correta:

- a) as pessoas jurídicas de direito público somente responderão pelos danos dos seus agentes nos casos em que evidenciado, mediante procedimento administrativo ou judicial, dolo ou culpa dos mesmos;
- b) a Constituição consagrou o princípio do risco administrativo integral em relação às empresas prestadoras de serviço público, no que se refere aos danos causados por seus agentes e prepostos;
- c) somente em caso de dolo é possível à Administração Pública o exercício do direito de regresso contra o responsável pelos danos causados a terceiros;
- d) a Constituição Federal consagrou o princípio do risco administrativo, obrigando as pessoas jurídicas de direito público, bem assim as empresas prestadoras de serviços públicos, a indenizar os prejuízos que seus respectivos agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros;

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

e) a responsabilidade da Administração Pública, em caso de dano causado por seus agentes a terceiros, prescinde da demonstração do nexo causal e da ausência de causa excludente de responsabilidade.

Questão nº 45

Sobre o acesso a cargos e empregos públicos, é correto afirmar:

a) a investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso de provas e títulos, sendo que, para os empregos públicos, exige-se apenas o concurso público na modalidade de seleção simplificada, para formação de banco de pessoal;

b) de acordo com a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, a contratação de servidor público, sem prévia aprovação em concurso público, importa em nulidade do ato, assegurado, no entanto, apenas o direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo;

c) as funções de confiança são exercidas com exclusividade por servidores ocupantes de cargo efetivo;

d) o servidor nomeado deverá tomar posse no prazo de trinta dias, a contar da publicação do ato administrativo de provimento, devendo, em igual prazo, contado a partir da posse, entrar em exercício, sob pena de resultar sem efeito a investidura;

e) a abertura de concurso público está condicionada à inexistência de candidatos aprovados no concurso público anterior, ainda no prazo de validade, salvo mediante autorização expressa da autoridade máxima respectiva do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário.

Questão nº 46

Assinale a alternativa correta:

a) o servidor público concursado adquire estabilidade no serviço público ao completar dois anos de efetivo exercício, de acordo com a legislação em vigor;

b) de acordo com a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, os empregados públicos das empresas públicas e sociedades de economia mista não gozam do direito à estabilidade no serviço assegurada aos servidores públicos;

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

- c) a transferência de servidor público, autorizada por lei, é a passagem do servidor para quadro de pessoal de repartição pública distinta, mas pertencente à mesma esfera de Poder, desde que seja feita de ofício e no interesse da administração;
- d) a recondução é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria;
- e) o servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação, sendo vedada, porém, por lei, a sua cessão a outro órgão nesse período.

Questão nº 47

Quanto ao regime disciplinar do servidor público federal, é incorreto afirmar:

- a) são penalidades disciplinares, dentre outras, a advertência, a suspensão e a destituição de função comissionada;
- b) o registro da penalidade de suspensão na ficha funcional do servidor é cancelado após o decurso do prazo de cinco anos, e esse cancelamento não surtirá efeitos retroativos;
- c) a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas pelo servidor é passível de pena de exoneração, que somente ocorre após o atendimento de procedimento legal próprio, que compreende, inicialmente, a notificação do servidor para, no prazo improrrogável de quinze dias, apresentar sua opção;
- d) a ação disciplinar em relação à advertência prescreve em cento e oitenta dias;
- e) compete ao Presidente da República aplicar a pena de cassação de aposentadoria no âmbito do Poder Executivo Federal.

DIREITO COMERCIAL

Questão nº 48

De acordo com as assertivas seguintes, aponte a resposta correta:

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

A inversão do ônus da prova, na forma prevista pelo Código de Defesa do Consumidor:

I – Aplica-se diretamente aos conflitos decorrentes das relações do trabalho, considerando a ampla proteção legal ao hipossuficiente introduzida pelo próprio Estatuto de proteção do consumidor;

II – Aplica-se, nos termos da lei, aos conflitos havidos entre fornecedores de produtos e pequenos comerciantes enquadrados como micro-empresários, em decorrência da desigualdade econômica observada em tais situações jurídicas;

III – Não se aplica, por força de previsão legal expressa, aos conflitos decorrentes das relações jurídicas entre instituições bancárias e seus clientes correntistas, em razão de não configurar uma relação típica de consumo;

IV – Aplica-se na hipótese de considerar o juiz, baseado em sua experiência profissional e pessoal, verossímil a alegação aduzida pelo consumidor;

V – Aplica-se também na hipótese de conflito entre empresa prestadora de serviço de energia elétrica e consumidor hipossuficiente, assim considerado pelo juiz.

- a) apenas as alternativas I e V estão corretas;
- b) apenas a alternativa IV está correta;
- c) apenas as alternativas I e IV estão corretas;
- d) apenas as alternativas IV e V estão corretas;
- e) as alternativas III, IV e V estão corretas.

Questão nº 49

No que diz respeito ao contrato de franquia comercial (*franchising*), é correto afirmar:

- a) a contratação de trabalhadores pelo franqueado, conforme previsão legal, condiciona-se à aprovação do franqueador, que responderá subsidiariamente pelos débitos daí decorrentes;
- b) a forma escrita não é essencial ao pacto;
- c) a validade do contrato depende do seu registro perante cartório ou órgão público;
- d) prevê a lei a responsabilidade solidária do franqueador em relação aos débitos tributários do franqueado;

e) obriga-se legalmente o franqueador a informar, por escrito, ao interessado em tornar-se franqueado, todas as pendências judiciais contra si existentes naquele momento, e que possam ter reflexo no funcionamento da própria franquia.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

Questão nº 50

Assinale a alternativa correta:

- a) quanto à aplicação do Direito do Trabalho no espaço, vigora, no Brasil, de forma absoluta, o princípio da territorialidade;
- b) pelo princípio da *lex loci executionis*, prevalece no Direito do Trabalho brasileiro a aplicação da norma do local em que há a prestação de serviços;
- c) mesmo em relação aos trabalhadores regidos pela Lei Federal nº 7.064/82, contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior, aplica-se o princípio da territorialidade;
- d) aos empregados de navios e aeronaves deve ser observado o princípio do pavilhão, segundo o qual a lei a ser aplicada diz respeito ao local da contratação;
- e) segundo a Jurisprudência Sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, aos estrangeiros que prestam serviços no Brasil a empresas nacionais ou multinacionais não se aplica a legislação brasileira.